

Pelas páginas dos jornais:

a imprensa e os embates pelo poder em Mato Grosso após a Proclamação da República

Gilmara Yoshihara Franco

Doutoranda em História - UNESP/Franca

Bolsista FAPESP

gilmara_franco@yahoo.com.br

Resumo: A transformação política no Brasil, por ocasião do golpe que pôs fim à Monarquia, em 15 de Novembro de 1889, propiciou, em Mato Grosso, a recomposição das forças políticas e a emergência de "novas" lideranças, gerando grande instabilidade e disputas pelo controle do mando na região que, não raro, culminaram com enfrentamentos armados. No presente artigo, analisamos o papel desempenhado pela imprensa periódica nos conflitos ocorridos naquele estado, nos anos iniciais do período republicano.

Palavras-chave: Brasil República. Imprensa. Mato Grosso.

Introdução

A Proclamação da República no Brasil foi saudada como um tempo promissor. Periódicos que apoiavam a mudança, como *O País*, registraram que a "revolução" havia se desenrolado dentro da ordem, sem derramamento de sangue. Para este jornal, ao Governo Provisório, formado pela união dos representantes do "povo" e da Armada, cabia a "missão" de "garantir a ordem pública e os direitos dos cidadãos".¹

Para além do entusiasmo veiculado através de manchetes de jornal, a emergência do regime republicano descortinou um cenário complexo em que ocorreram inúmeras composições, recomposições e disputas por espaços de poder, tanto em nível federal como nos estados, envolvendo novos e velhos atores políticos que passaram a buscar o seu "lugar sob sol" da República.

Ao longo dos primeiros anos do novo regime, a República ainda se caracterizava como um *vir a ser*, sem uma feição jurídica e ideológica definidas, e, mesmo após a promulgação da

primeira Constituição Republicana, em 1891, houve um longo período marcado por disputas que eram fruto do estabelecimento/consolidação do regime e da (re)significação dos valores que dariam forma à cultura política republicana. Naquele contexto, ocorreram embates pelo controle do político em todas as esferas.

No caso de Mato Grosso², a República, que foi reverenciada e recebida sem qualquer questionamento, em pouco tempo transformou-se num campo de batalhas que mobilizou estratégias diversas, por parte dos grupos que pleiteavam o controle político no estado.

Nesse período, nos chamou a atenção o papel que a imprensa escrita desempenhou para instrumentalizar discursos e conferir uma aura de legitimidade às pretensões de cada um dos partidos que disputavam o poder. Outro aspecto instigante diz respeito à disposição dos grupos em partir para o confronto armado a fim de garantir sua permanência no controle da política local ou para tentar usurpar o poder quando impedido de obtê-lo pelas vias legais.³ No presente texto, nos deteremos na análise do uso da imprensa periódica, particularmente dos jornais, como parte das estratégias utilizadas pelos grupos/partidos para se estabelecerem no controle do mando em Mato Grosso. A análise do uso da imprensa no contexto das disputas pelo controle do poder na região, nos anos imediatamente posteriores à Proclamação da República, de 1889 a 1892, oferece subsídios para compreender a dinâmica e alguns dos valores que se tornaram comuns às práticas políticas locais, vivenciadas ao longo de toda a Primeira República.

O uso da imprensa nos embates pelo poder em Mato Grosso

Na noite de oito de dezembro de 1889, a elite mato-grossense estava reunida em Cuiabá, num baile em homenagem ao Império.⁴ Estavam presentes na comemoração ninguém

¹ OLL (Oliveira Lima Library). Proclamação. *O Paíz*. Rio de Janeiro: 16 de nov. de 1889, s/p.

² Até o ano de 1977, o Estado do Mato Grosso compreendia o território que abrangia desde a divisa com o estado do Amazonas, ao norte, até a divisa com os estados de São Paulo e Paraná, uma extensão aproximada de 1.500.000 Km². A partir daquela data, a região foi desmembrada. No sul de Mato Grosso a divisão deu origem ao estado de Mato Grosso do Sul. Neste texto, ao mencionarmos Mato Grosso, estamos nos referindo ao estado íntegro, indiviso, uma vez que o objeto em análise se localiza temporalmente na virada do século XIX para o XX.

³ Ao longo dos primeiros anos da República ocorreram diversos movimentos armados em Mato Grosso; entre os mais célebres estão os de 1892, 1899 e 1906. Todos eles tinham um caráter eminentemente político. Todavia, em razão das dimensões do presente texto, estes conflitos não serão aqui analisados.

⁴ A bibliografia consultada apresenta duas versões para o baile ocorrido naquele 09 de dezembro: a primeira registra que a festa tinha como objetivo homenagear o Império, mais especificamente em comemoração ao

menos que o Presidente da província, Ernesto A. da Cunha Matos, e o Presidente da Assembleia provincial, Generoso Paes Leme de Souza Ponce.

Na madrugada seguinte, poucas horas após o término do baile, as informações que davam conta da queda da Monarquia e colocavam os mato-grossenses a par do início da República chegaram a Mato Grosso. Ao receber as notícias trazidas pelo paquete⁵ que fazia o transporte entre o Rio de Janeiro e Cuiabá, emissários logo foram avisar os interessados e, como "rastilho de pólvora", a notícia se espalhou pela cidade.

À 1 hora da madrugada de 9 de dezembro, fora acordado o redator [do jornal *A Gazeta*] pelos cidadãos tenente coronel José Marques Fontes e Majores Ernesto Frederico de Oliveira e André Virgílio Pereira de Albuquerque, com a notícia da queda da monarquia e proclamação da República a 15 de novembro (MENDONÇA, 1968, p.36).

Na correspondência, o Presidente do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca, indicava o então Brigadeiro Antônio Maria Coelho para o governo de Mato Grosso. Nesse mesmo dia, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, Presidente da Assembleia provincial decaída, convocou uma reunião para oficializar a República, referendar a indicação e aclamar o regime. Não é demais lembrar que, nesse evento, encontravam-se, basicamente, as mesmas lideranças presentes no baile da noite anterior, todavia, o motivo da nova reunião era paradoxalmente oposto.

Em seu pronunciamento, Antônio Maria Coelho, o escolhido para representar a nova ordem em Mato Grosso, bradou:

“Viva a República dos Estados Unidos do Brasil! Viva o Estado de Mato Grosso! Mato-grossenses, enfim é livre a terra de Colombo. A planta exótica que ainda existia feneceu no glorioso dia 15 de novembro. Está proclamada a República na nossa estremeçada pátria, e Mato Grosso já não é mais a Província de uma monarquia. É, sim, um estado de uma República ligada às suas irmãs pelos laços da Federação” (*A Gazeta apud* ROCHA, 2009, p. 79).

aniversário de D. Pedro II, e a segunda era a de que a motivação da festa era saudar Generoso Ponce por ter conquistado a Presidência do Legislativo Provincial.

⁵ Em 1889, o serviço de telégrafo ainda não havia entrado em funcionamento em Mato Grosso; desse modo, o transporte de mercadoria, pessoas e correspondências era feito através de pacotes. Essas embarcações eram um tipo de navio de médio calado e constituíam-se como o principal meio de comunicação entre Cuiabá, a capital de Mato Grosso, e outras regiões.

A indicação do nome de Antônio Maria Coelho, que no antigo regime esteve filiado ao Partido Liberal⁶, não encontrou, inicialmente, nenhuma resistência entre os políticos mato-grossenses. Todavia, não tardou ocorrer intensa movimentação política, com vistas a fomentar (re)arranjos, formar novos grupos e pleitear espaços de poder.

Com a extinção dos partidos imperiais, um novo sistema representativo começou a ser formado. Assim, objetivando se alinhar aos novos pressupostos políticos, dois novos partidos surgiram no início do ano de 1890 em Mato Grosso; foram eles: Partido Nacional, criado por Antônio Maria Coelho que, após a mudança do regime, fora alçado ao posto de General, e Partido Republicano, fundado por Generoso Paes Leme de Souza Ponce, político que alcançou significativo prestígio no período imperial, reunindo as forças opositoras.

A partir de então, um cenário complexo que envolvia partidos políticos insipientes e atores políticos fortes, capazes de influenciar e mobilizar poder econômico, prestígio político e homens armados dispostos a lutar, passou a compor, por excelência, o universo político do estado. Nota-se que os componentes desses grupos, que na sua grande maioria apoiavam e se beneficiavam da estrutura imperial, agora tentavam se adequar aos novos tempos sem perder a influência anteriormente conquistada.

Embora a Constituição Republicana de 1891 tenha instituído um arcabouço legal afinado com os novos tempos, a ideia de partido e mesmo a sociabilidade através dessa forma de expressão social aos moldes do pressuposto republicano só foi aos poucos sendo assimilada pelo grosso da população; isso porque não houve uma ruptura com o caráter excludente que caracterizara a política brasileira até aquele momento.

No Império como na República, foram excluídos os pobres (seja pelo senso, seja pela exigência de alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de idade, as praças de pré, os membros de ordens religiosas. Ficava de fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela Constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava a obrigação do governo de fornecer instrução primária, que constava do texto imperial. Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-

⁶ Antônio Maria Coelho era filho de militar e nasceu em Cuiabá a 08 de setembro de 1827. Lutou na Guerra do Paraguai e foi comandante da tropa responsável pela retomada de Corumbá em 1867. As referências sobre sua trajetória política anterior à Proclamação da República são bastante exíguas, restringindo-se ao ano de 1889, ocasião em que o Partido Liberal indicou nomes em uma lista tríplice para uma vaga ao Senado por Mato Grosso; na ocasião, o nome de Antonio Maria Coelho foi preterido em face da indicação de Joaquim Murinho. Cf: RIBEIRO, Francisco Agostinho. *Traços Biográficos do General de Divisão Antonio Maria Coelho*. Cuiabá: Tipografia do Estado, 1890. Apontamentos.

se esse direito. Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização (CARVALHO, 1987, p. 44/45).

O início do novo regime, que ganhava forma a partir de ideias e concepções bastante heterogêneas sobre o modelo republicano a ser instituído, suscitou disputas entre diversos grupos, como civis e militares, jacobinos e republicanos históricos, que estiveram unidos, momentaneamente, por ocasião da Proclamação. Mesmo no interior dos partidos, ocorreram disputas e dissidências em torno do projeto de poder a ser estabelecido, o que evidencia que mesmo naquele espaço diminuto (o partido) havia grupos com ideologias distintas.

Os grupos dominantes que disputavam o poder tinham diferentes percepções sobre a República a ser implantada e, conseqüentemente, distintas expectativas sobre seu destino. Essas expectativas adquiririam contornos mais nítidos no desenrolar da própria história, não sendo, portanto, fundamentos de um projeto previamente definido. (JANOTTI, 1999, p. 17).

Em Mato Grosso, nomes como Generoso Ponce, Joaquim Duarte Murтинho, Manoel Murтинho⁷ e tantos outros republicanos, em sua grande maioria de "última hora", compreenderam logo que aderir significava sobreviver politicamente. Esses atores, muitos dos quais políticos influentes ao longo do Império, aderiram à causa republicana e incorporaram-se às siglas partidárias que surgiram, como forma de não ficarem alheios ao cenário político que se iniciava.

Os partidos, via de regra, formados por homens de prestígio político e econômico, aglutinavam em torno si enormes parentelas que seguiam a um poder que precedia a ideia de Partido Republicano. Diante da falta de uma sociabilidade política fomentada pelo "partido", a estratégia adotada pelas lideranças foi apelar para os jornais como forma de sociabilizar ideias, legitimar interesses, esclarecer os partidários das contendas que se passavam nos bastidores do poder.

Assim como em outros estados, em Mato Grosso, quando do início das formações partidárias alinhadas ao novo regime, observa-se a união entre republicanos adesistas e republicanos históricos. Nesse estado, esse tipo de aliança foi comum aos dois partidos que

⁷ Dentre os membros da família Murтинho, os que tiveram atuação política mais destacada foram Manoel e Joaquim Murтинho; o primeiro ascendeu politicamente a partir do exercício da atividade jurídica em Cuiabá; o segundo, de acordo com as escassas fontes disponíveis sobre sua vida pessoal, permaneceu em Mato Grosso até os treze anos de idade, época em que foi para o Rio de Janeiro. Na Corte, bacharelou-se em medicina e, concomitantemente, passou a atuar politicamente. Sobre a biografia de Joaquim Murтинho, ver: FARIA,

passaram a disputar espaços de poder, imediatamente após a chegada das notícias da Proclamação da República.

Desse modo, as ambições de dois grupos distintos, ambos tentando se firmar no cenário político de contornos mal definidos, instituído em 15 de Novembro, tornaram-se latentes. De um lado, Antônio Maria Coelho, indicado por Deodoro, gozando de prestígio frente aos mato-grossenses em face de sua nomeação, com laços de parentesco e amizade junto às principais bases locais do exército – Cuiabá e Corumbá; de outro, Generoso Ponce e os irmãos Murtinho, que tinham a política como seus horizontes de atuação e buscavam, por isso, estabelecer um projeto sólido e duradouro de poder. Começou aí uma verdadeira queda de braço.

Na primeira fase de disputas que durou até maio de 1892, muitos foram os lances de lado a lado para a tomada efetiva de poder e a instituição de bases minimamente consistentes para o estabelecimento da República em Mato Grosso.

Como a vida e as discussões partidárias se restringiam a um pequeno número de atores, os debates e embates ganharam visibilidade por meio da imprensa local. O uso de jornais como instrumentos de luta política tornou-se uma prática recorrente em Mato Grosso ao longo da Primeira República. Os grupos políticos protagonizaram discussões viscerais e empolgantes. Os jornais, que muitas vezes traziam logo abaixo do título, na primeira página, o nome do partido ao qual se vinculavam, tornaram-se porta-vozes dos interesses em jogo. Entre os muitos periódicos que atuaram nesse sentido, destacamos, nos anos iniciais da República, *O Matto Grosso* e *O Quinze de Novembro*.

Circulando desde 1879, com o nome de *A Província de Matto Grosso*, logo após a mudança de regime, o periódico passou a ser publicado com a denominação de *O Matto Grosso*, e tornou-se o porta-voz do Partido Republicano⁸. Já em 20 de agosto de 1890⁹, essa vinculação tornou-se explícita. Na primeira página, logo abaixo do nome, aparecia grafada a expressão “Órgão do Partido Republicano”. *O Matto Grosso*, desse modo, se firmou como grande crítico da atuação do governo do estado. De outra parte, o presidente Antônio Maria Coelho lançou o jornal *O Quinze de Novembro* e fez dele sua trincheira de combate aos opositores.

Fernando Antonio. *Os vícios da Re(s)pública*. Negócios e poder na passagem para o século XX. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. (Col. História, Política e Sociedade).

⁸ROCHA, Juca Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009, p. 62.

⁹APMT (Arquivo Público do Estado de Mato Grosso). *O Matto Grosso*. Cuiabá: 20 de ago. de 1890.

Um dos momentos que marcou o início da polarização entre os grupos que disputavam o poder no estado, Joaquim Murtinho, orador eloquente e mordaz, utilizando-se das páginas d'*O Matto Grosso*, fez publicar, em 13 de abril de 1890, nas duas primeiras páginas, duro questionamento à forma de condução do governo por parte de Antônio Maria Coelho. Em seu artigo, Murtinho convocava os “concidadãos” mato-grossenses a ingressarem no Partido Republicano, argumentando que “no partido (...) o elemento ativo de organização [era] o cidadão que representa a fonte e origem de todo movimento político. No partido nacional [...], o cidadão foi anulado, o presidente chamou a si e exerceu os direitos de eleitor”¹⁰.

O debate pelos jornais avolumou-se dia a dia, especialmente diante da aproximação da primeira eleição republicana, destinada a eleger deputados e senadores para redigir a Carta Constitucional do novo regime, marcada para 15 de setembro de 1890.¹¹

Diante da iminência do primeiro pleito republicano, os partidos começam a discutir aqueles que, dentre os seus membros, poderiam concorrer para as vagas do Senado e da Câmara Federal. Pelo Partido Republicano, destacaram-se as manifestações de Joaquim Murtinho e Antônio Azeredo¹². O primeiro, lançando de maneira sutil sua candidatura ao Senado, afirmava:

(...) quanto a mim, repito mais uma vez, (...) *não sou candidato a cargo político* do Estado de Matto Grosso, *só com sacrifício, com muito sacrifício*, embora com muita honra, *poderia aceitar um lugar entre os representantes do povo*, se o Estado de Mato Grosso julgasse necessários os meus serviços. Tenho vivo interesse pela sorte da república em Matto Grosso independente, porém, de qualquer cargo político (...), (grifos meus).¹³

¹⁰ APMT. MURTINHO, Joaquim. Aos meus concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 13 abr. 1890, pp.1-2.

¹¹ O Decreto 511, de 23 de junho de 1890, denominado Regulamento Alvim, dispôs sobre as primeiras eleições para a formação do legislativo republicano. Segundo essa norma, para o Senado, cada Estado elegeria 3 representantes; já para a Câmara Federal, o critério que determinava o número de representantes baseava-se no contingente populacional de cada Unidade Federada. Por esse critério, coube a Mato Grosso eleger 2 representantes. A forma estabelecida criou uma hierarquia de poder entre as unidades que compunham a Federação e fortaleceu politicamente estados como Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia, detentores das maiores bancadas. Para maiores detalhes ver: Decreto n. 511, Superior Tribunal Eleitoral, 1890. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>>. Acesso em: 28 de junho de 2012.

¹² Tanto Joaquim Murtinho quanto Antônio Azeredo atuavam politicamente a partir da Capital Federal, a cidade do Rio Janeiro. Ao longo de toda a Primeira República, esses dois atores exerceram enorme influência sobre a política mato-grossense sem, todavia, se fazerem presentes fisicamente em seu estado natal.

¹³ APMT. MURTINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 1-2.

Antônio Azeredo¹⁴, que, assim como Joaquim Murinho, também não ia a Cuiabá, relembrou todo o trabalho realizado como jornalista no Rio de Janeiro, ainda no tempo do Império, no intuito, segundo ele, de trazer melhorias para sua terra natal. Anunciando-se ostensivamente na disputa pela representação por Mato Grosso, escreveu:

Republicano desde os bancos acadêmicos e aspirando um lugar na representação nacional pela terra em que nasci, estou convencido de que qualquer outro mato-grossense (sic) a representará melhor do que eu, mas também estou convencido que ninguém o fará com amor nem lealdade.¹⁵

Nessa mesma publicação, Joaquim Murinho fez uma contestação explícita à candidatura do Major Caetano de Albuquerque que era membro do Partido Nacional e apoiado pelo então Presidente de Mato Grosso, Antônio Maria Coelho. Embora candidato pelo partido adversário, a recusa contra o nome do militar dava-se nos seguintes termos: "podemos bater a candidatura do Sr^o Caetano de Albuquerque, não por motivos pessoais, mas porque o ilustre cidadão professa princípios que julgamos perniciosos ao estado e a República"¹⁶. Todavia, a publicação não apresentava razões ou argumentos que explicitassem os *princípios perniciosos* que motivaram o ataque.

Embora se possa observar através dos jornais uma crescente defesa de posição de lado a lado, houve uma tentativa de aproximação entre as agremiações partidárias. O propósito do diálogo era buscar a formação de uma chapa comum para a primeira eleição para o Legislativo Federal, marcada para 15 de setembro de 1890.

Ao que tudo indica, a iniciativa do diálogo não partiu das lideranças mato-grossenses. É provável que a aproximação tenha sido mediada por Deodoro da Fonseca, uma vez que este possuía vínculos com membros dos dois lados em litígio. Havia por parte do Deodoro, conforme consta de matéria em *O Quinze de Novembro*¹⁷, interesse na eleição tanto de

¹⁴ O bacharel em Direito e jornalista Antônio Francisco Azeredo, assim como Joaquim Murinho, atuou politicamente a partir do Rio de Janeiro, ou seja, mesmo sendo representante de Mato Grosso, pouco vezes ia ao estado. Embora não se tenha dúvidas quanto ao protagonismo exercido por Azeredo na política republicana, tanto na Câmara Federal (1890 - 1896) como no Senado (1897 -1930), ainda faltam estudos para dimensionar sua atuação política, especialmente no diz respeito às alianças que ele estabeleceu com frações da oligarquia mato-grossense.

¹⁵ APMT. AZEREDO, Antônio. Ao eleitorado de Matto-Grosso. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2.

¹⁶ APMT. MURINHO, Joaquim. Meus caros concidadãos. *O Matto Grosso*. Cuiabá, 15 jul. 1890, p. 2

¹⁷ A referida matéria é parte das justificativas dadas pelo Major Caetano de Albuquerque à deposição do governo de Manoel Murinho, ocorrida em 01 de fevereiro de 1892. Cf. APMT. ALBUQUERQUE, Caetano M. F. O deputado Caetano de Albuquerque e a lógica do Sr. Manoel Murinho. *O Quinze de Novembro*, Cuiabá, 14 de fev. 1892, p. 1-2.

Joaquim Murtinho quanto de Caetano de Albuquerque. Portanto, é provável que tenha partido do próprio Marechal Presidente a tentativa de entendimento entre os grupos.

Assim, em torno de uma proposta conciliatória, as duas agremiações partidárias se reuniram no Teatro da capital Cuiabá, em 27 de julho de 1890. Nesse encontro, ficou resolvida a dissolução do Partido Nacional (de Antônio Maria Coelho), a formação de uma única Comissão Executiva e a ratificação do Partido Republicano como agremiação que congregava todas as lideranças políticas do estado.

Numa outra reunião, ocorrida na casa de Generoso Ponce e relatada no *Matto Grosso*, de 04 de agosto de 1890, a cúpula da nova versão do Partido Republicano decidiu quais seriam os nomes que iriam compor a chapa para a Câmara e o Senado Federal. Os membros da Comissão se pronunciaram para indicar os nomes que formariam a chapa. Na indicação feita por Joaquim José Pinho (antigo PN), sobressaiam nomes ligados ao grupo de Antônio Maria Coelho, e na indicação feita por Manoel Murtinho (irmão do Joaquim Murtinho), os que vinham do antigo Partido Republicano. Embora seja notória a continuidade da divisão, cabe observar que entre os nomes que figuravam na chapa sugerida por Manoel Murtinho (antigo PR) estava o de Antônio Maria Coelho (antigo PN) para o Senado e não constava o nome do Major Caetano de Albuquerque.

Percebe-se também que a estratégia de Manoel Murtinho, então Vice-Presidente de Mato Grosso e de Generoso Ponce¹⁸, tinha dois objetivos: 1) ao indicar o nome do General Antônio Maria Coelho para o Senado, afastava-o de Cuiabá, posto que, após a eleição, que era iminente, este teria que se deslocar para o Rio de Janeiro. Assim, Manoel Murtinho assumiria o controle do estado e, de quebra, barraria a crescente influência de Antônio Maria Coelho que, já velho, não teria, àquela altura, condições físicas de exercer a atividade política por muito mais tempo; 2) ao não indicar o nome do Major Caetano de Albuquerque, minava ainda mais a influência dos membros do antigo Partido Nacional.

O desfecho da reunião culminou com a recusa de Antônio Maria Coelho. Tal atitude denota, de um lado, a firme definição do então Presidente em permanecer no estado, e, de outro, que as restrições dos partidários de Generoso Ponce/Murtinho quanto à indicação do Major Caetano de Albuquerque também não se desfizeram. Ao fim, o acordo, de costura

¹⁸ A informação da nomeação de Manoel Murtinho para o cargo de primeiro Vice-Governador de Mato Grosso aparece em *O Matto Grosso*. A matéria narra a resistência do Governador Antônio Maria Coelho em publicar o Ato de Nomeação. Todavia, a leitura do referido jornal não nos permitiu identificar em que data Manoel Murtinho assumiu o posto, cf: APMT. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 11 de mai. de 1890. Gazetilha, p. 2

frágil, não conseguiu uma solução consensual e ainda pôs em xeque a aliança estabelecida entre as forças que tentavam formar a coalizão.

A convergência entre as lideranças se desfez em poucos dias; o Partido Nacional foi restituído com o nome de Partido Nacional Republicano e buscou fortalecer suas posições políticas no estado. Em atitude que denota o enrijecimento de sua postura em face da aproximação das eleições, o Presidente Antônio Maria Coelho adotou uma dupla estratégia: 1) indicar os representantes dos diretórios municipais encarregados de fiscalizar as eleições; 2) aumentar o contingente policial nos principais redutos eleitorais do estado. Como resultado, obteve expressiva vitória nas urnas.

O pleito resultou na eleição de Antonio Pinheiro Guedes, Aquilino Amaral e Joaquim Murtinho para o Senado, e Antonio Azeredo, o Major Caetano Manoel de Faria e Albuquerque para a Câmara Federal.¹⁹ Esse resultado garantiu ao Partido Republicano somente duas vagas, uma no Senado para Joaquim Murtinho e outra na Câmara Federal para Antônio Azeredo. Os dois, que moravam no Rio de Janeiro, por lá continuariam após a eleição. Por outro lado, Antônio Maria Coelho alçava-se como chefe local do Partido Nacional Republicano.

O resultado das eleições de 15 de setembro de 1890, com expressiva vitória do Partido Nacional Republicano, acabou reforçando a sensação de poder em Antônio Maria Coelho. Daí em diante, as perseguições aos partidários da oposição se acirraram.²⁰

Diante do resultado político alcançado na eleição de setembro de 1890, Antônio Maria Coelho começou a preparar o terreno para a formação da primeira Assembleia mato-grossense. Além da demissão dos oponentes, o Presidente do estado nomeou 21 oficiais para "reforçar" o contingente da Guarda Nacional na Capital como forma de evitar que seus oponentes tentassem tramar contra seu governo. (PORTELA, 2009, p. 71).

Confiante em sua estratégia, ao receber o Decreto Federal nº 802, que dispunha sobre a convocação de eleições para a formação das Assembleias Constituintes Estaduais, o Presidente de Mato Grosso não titubeou e marcou as eleições para 03 de janeiro de 1891.²¹

¹⁹ APMT. *A Gazeta Oficial*. Cuiabá, 23 de set. de 1890. Seção Noticiosa, p.3.

²⁰ Conforme nota Virgílio Corrêa Filho (1933, p. 14), nos dias que seguiram ao pleito, o Presidente do estado, Antônio Maria Coelho, demitiu os principais adversários que ocupavam cargos de destaque junto ao funcionalismo mato-grossense.

²¹ A chamada para as eleições à Assembleia Estadual Constituinte foi publicada na *Gazeta Oficial* de 18 de novembro de 1890. Cf: APMT. Decreto 39, de 15 de Novembro de 1890. *Gazeta Oficial*. Cuiabá, 18 de nov. 1890, p.1.

Ciente das atitudes tomadas pelo Presidente do estado, o Partido Republicano saiu a campo: distribuiu “um manifesto aos seus correligionários, animando-os e convidando-os a concorrer às eleições de janeiro”.²² O Partido Nacional Republicano, por sua vez, intensificou a mobilização das tropas, enviando reforço para os municípios para "supervisionar" o desenrolar da eleição. Além disso, procurou desarticular a atuação dos principais membros do partido adversário.

Quatro dias depois do manifesto republicano, (...), tendo corrido por esta cidade [Cuiabá] o boato da demissão dos cargos de governador e comandante das armas, alguns republicanos, satisfeitos naturalmente com a notícia, queimaram foguetes em sinal de regozijo.

Isso foi o bastante (...); determinou-se que fossem imediatamente presos o dr. Manoel Murinho, 1º. vice-governador do estado (...), o tenente coronel José Magno da Silva Pereira, redator de *O Matto Grosso* (...) e o tenente Emílio do Espírito Santo Rodrigues Calhão, proprietário do *Matto Grosso*.²³

As notícias sobre a demissão de fato não eram infundadas. Em 31 de dezembro de 1890, Deodoro baixou Decreto exonerando Antônio Maria Coelho e nomeando para o posto o Coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, militar do Exército, e que participou ativamente dos acontecimentos que culminaram com a Proclamação da República.

A demissão de Antônio Maria Coelho foi apenas o início de uma série de ações e agitações que elevariam a temperatura política em Mato Grosso nos anos de 1891 e 1892. A chegada do Cel. Sólton em Cuiabá, a 15 de fevereiro de 1891, investido da autoridade conferida pelo Decreto Presidencial, todavia, não pôs fim às intenções dos partidários de Antônio Maria Coelho de reconquistar as rédeas da política em Mato Grosso. Nos bastidores, os membros do Partido Nacional Republicano tramavam retomar os espaços de poder que haviam caído nas mãos de seus oponentes.

Tanto o Cel. Sólton quanto seu sucessor, o Cel. João Nepomuceno de Medeiros Mallet, que assumiu o poder em junho daquele ano, tentaram minar as bases do Partido Nacional Republicano em Mato Grosso, fortalecendo, por conseguinte, os partidários dos irmãos Manoel e Joaquim Murinho e de Generoso Ponce.

²² APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador; Manifesto do partido republicano. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

²³ APMT. Aproximam-se as eleições de 3 de janeiro de 1891 - Prisões na noite de 10 de dez. de 1890. Manifesto do governador. Manifesto do partido republicano. *O Matto Grosso*, Cuiabá, 17 de jan. de 1892, Estudo Político p. 4.

As manobras políticas realizadas naquele período culminaram com a eleição de Manoel José Murтинho, como Governador, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, 1º. Vice-Governador, José da Silva Rondon 2º. Vice-Governador e Pedro Celestino Correa da Costa como 3º. Vice-Governador, em pleito realizado em 15 de agosto de 1891. O novo Presidente tomou posse em 16 de Agosto, momento em que a política federal passava por séria turbulência.

Manoel Murтинho permaneceu à frente do governo de Mato Grosso até fevereiro de 1892, ocasião em que seus adversários políticos, liderados pelo sobrinho de ex-Presidente Antônio Maria Coelho, o major Antônio Aníbal da Mota, organizaram um levante armado e tomaram o poder no Estado. A queda de Murтинho ocorreu em meio à conturbada saída de Deodoro da Fonseca da Presidência da República e da ascensão do Marechal Floriano Peixoto para o mesmo cargo²⁴. O episódio desencadeou um enfrentamento bélico envolvendo os grupos que lutavam pelo controle político em Mato Grosso. Os combates ocorreram principalmente em Cuiabá e tiveram lugar entre os meses de abril e maio de 1892.

O término do conflito, vencido pelas tropas capitaneadas por Generoso Ponce, Antônio Maria Coelho e seus partidários foram aliados de suas pretensões políticas. Manoel Murтинho, por sua vez, foi reconduzido à Presidência do estado, dando início a uma etapa em que liderança política foi exercida pelos "chefes" do Partido Republicano mato-grossense.

Imprensa e política em Mato Grosso na Era Republicana

A análise da imprensa periódica nos permite compreender as estratégias discursivas utilizadas pelos grupos que disputam o controle do poder político em Mato Grosso nos anos iniciais da República, compreender também as formas de cooptação de sujeitos e opiniões, mapear as posições dos partidos e os argumentos que embasavam a defesa dos interesses de cada grupo. Mais do que isso, os periódicos aqui mencionados informam sobre os próprios eventos, descrevendo o cotidiano das movimentações dos políticos em geral. A notória preocupação com a descrição, mesmo que sob o prisma que mais interessava aos editores,

²⁴ Sobre o contexto que culminou com a renúncia de Deodoro da Fonseca, ver: MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o galo na Torre* (do desterro em Mato Grosso à fundação da República). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Vol.2.

caracteriza os jornais de Mato Grosso, uma vez que os mesmos estão inseridos no conjunto das folhas que aqui denominamos de pequena imprensa.

Ao contrário do que se via em grandes centros, onde à época a modernização dos meios de comunicação já havia modificado a estrutura e ampliado o campo de cobertura do jornalismo, fazendo com que a grande imprensa tivesse um alcance maior e com temas variados diante da opinião pública²⁵, em cidades de menor porte, como era o caso de Cuiabá, e mesmo em muitos outros estados, a chamada grande imprensa chegou mais tardiamente. Nessas localidades,

(...) a imprensa estava ainda na transição da fase artesanal para a fase industrial, no início do século XX; são raros os jornais [de estados de menor expressão política e econômica] com estrutura de empresa. Mas a matéria principal deles é também a política, e a luta política assume, neles, aspectos pessoais terríveis, que desembocam, quase sempre, na injúria mais vulgar (SODRÉ, 1999, p. 324).

Desse modo, os jornais mato-grossenses de finais do século XIX e início do XX ainda tinham as feições da chamada pequena imprensa. Devido às condições da economia local e ao reduzido contingente populacional, os jornais permaneceram nas mãos de chefes partidários não preocupados com os aspectos econômicos da venda dos mesmos, tampouco com a opinião do público em geral, já que publicavam matérias que dialogavam especialmente com o político concorrente. Por isso mesmo, em Mato Grosso e em regiões onde não houve grandes incrementos na transformação dos parques gráficos, a exemplo do que acontecia na capital do Brasil em décadas anteriores, "os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos" (LUSTOSA, 2000, p. 16)²⁶.

²⁵ Não desconhecemos o fato de que esse cenário de protagonismo grandes dos jornais, vislumbrado, sobretudo, em cidades do porte de algumas capitais, não deixou de conviver, todavia, com a chamada pequena imprensa e com os veículos alternativos, jornais operários e de nichos específicos. Todavia, dadas as dimensões da discussão aqui apresentada, não nos deteremos em caracterizar e/ou estabelecer comparações entre as formas de imprensa do período.

²⁶ Embora o início do século passado tenha marcado o advento da grande imprensa, conforme analisado por inúmeros historiadores, é fato que os pequenos e médios órgãos de imprensa, além das publicações alternativas não deixaram de ter papel importante na circulação de notícias e ideias, mesmo nas grandes cidades. Acerca da imprensa nos estados, após a Proclamação da República, Nelson Werneck Sodré afirma que, na maior parte deles, continuou existindo a chamada pequena imprensa. Segundo o autor, na passagem do século XX para o XIX, eram "raros os jornais (...) com estrutura de empresa"; observa ainda que o móvel desses órgãos de imprensa era a política. Sobre esse assunto ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

O que queremos enfatizar são duas dimensões que consideramos fundantes da produção dos jornais aqui mencionados: ao mesmo tempo em que descrevem os acontecimentos oferecendo pistas valiosas para a narrativa dos embates políticos em Mato Grosso, também informam sobre os valores e ideias que diferenciavam os projetos futuros de cada grupo; afinal, como insistiu Eni Orlandi (2008), toda palavra escrita produz um discurso.

Ainda não se tem uma discussão esboçada sobre o uso político da imprensa mato-grossense. Mas, talvez, um dos motivos que explica essa estreita ligação entre imprensa e política seja a carência de concretude e significado histórico da experiência partidária bem como a falta de uma sociabilidade partidário-republicana. Seja como for, é notório que em Mato Grosso muitos jornais tornaram-se a voz de grupos ou de atores políticos que substituíam o embate ideológico e intelectual intrapartidário pelo debate através das páginas do jornal.

Pensar a imprensa como uma das estratégias utilizadas nos embates políticos verificados em Mato Grosso nos permite compreender que os partidos políticos que surgiram sob a égide do regime republicano, particularmente nos anos iniciais da Primeira República, ao mesmo tempo em que descreviam os eventos políticos e o cotidiano das disputas partidárias, procuravam, através dos jornais, narrar para a produção de sentido que corroborasse com a ambição política do grupo do qual faziam parte.

REFERÊNCIAS

Fontes impressas

- Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

Jornais

O Matto Grosso

A República

O Quinze de Novembro

Gazetta Oficial de Matto Grosso

- Oliveira Lima Library

Jornal *O Paiz*

Fontes digitais

Regulamento Alvim, Decreto n. 511, Superior Tribunal Eleitoral, 1890. Disponível em:
<<http://www.tse.jus.br/legislacao/pesquisa-a-legislacao-eleitoral>>

Bibliografia

CORRÊA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2006.

CORRÊA FILHO, Virgílio. A República em Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*. Ano XV, Tomo XXIX e XXX. Cuiabá, 1933, pp. 2-81.

CARVALHO, José Murilo de. *Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FANAIA, João Edson de Arruda. *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. 291 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2006.

FARIA, Fernando Antonio. *Os vícios da Re(s)pública*. Negócios e poder na passagem para o século XX. Rio de Janeiro: Notrya, 1993. (col. História, Política e Sociedade).

JANOTTI, Maria de L. M. *Sociedade e política na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1999. Coleção Discutindo a História do Brasil.

LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A guerra dos jornais na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raymundo. *Deodoro, a espada contra o Império: o galo na Torre (do desterro em Mato Grosso à fundação República)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957. Vol.2.

MELLO. Almirante Custódio José de. *O governo provisório e a revolução de 1893*. Tomo I. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938

MENDONÇA, Rubens. *História do Poder Legislativo em Mato Grosso*. Cuiabá: Assembleia Legislativa, 1968.

ORLANDI, Eni de Lourdes P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2008.

QUEIROZ, Suely Robles R. de. *Os Radicais da República*. Jacobinismo: ideologia e ação 1893-1987. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

PALERMO, Miguel A. *Nioac- evolução política e Revolução de Matto-Grosso*. Villa Concepcion (PY): El Eco de la Campanã, 1892.

PONCE FILHO, Generoso. *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti Editor, 1952.

PORTELA, Lauro Virgínio de Souza. *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. 2009, 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação. Mestrado em História, Instituto de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá,

RIBEIRO, Francisco Agostinho. *Traços Biográficos do General de Divisão Antonio Maria Coelho*. Cuiabá: Tipografia do Estado, 1890. Apontamentos.

ROCHA, Juca Pedra. *Imprensa Oficial de Mato Grosso: 170 anos de história*. Cuiabá, MT: Aroe, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. (ampliada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.